

EDUCAÇÃO FÍSICA EAD E A FORMAÇÃO DO SABER FAZER: PROFISSIONALIZAÇÃO OU IMPROVISACÃO¹

Jorge Marcos Ramos,

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

Sérgio Marcus Nogueira Tavares,

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

RESUMO

É necessário discutir como se encontra a formação em educação física EAD como parte da política de formação de professores no Brasil. O objetivo desse trabalho foi verificar como ocorre a formação prática dos alunos no curso de educação física na modalidade EAD. Foi realizada uma busca nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico utilizando a combinação das palavras-chaves: graduação, educação física, licenciatura, bacharel e educação à distância. A submissão do Brasil à lógica neoliberal vai se traduzir em uma violenta ofensiva contra as conquistas sociais, dentre elas a educação pública, gratuita e de qualidade, ocorrendo uma mudança de concepção onde de executor da política nacional de educação o Estado passa a regulador. É necessário uma maior fiscalização com o propósito de manter um rigor mínimo em relação ao desenvolvimento da formação na modalidade EAD, em especial nos encontros presenciais para que se possam formar profissionais para desenvolverem as suas funções com competência.

PALAVRAS-CHAVE: Graduação; Educação física; Educação à distância

INTRODUÇÃO

As discussões relacionadas à formação de professores no Brasil estão fortemente relacionadas aos diferentes momentos históricos do País, os avanços e recuos sociais em maior ou menor proporção incentivaram e incentivam essas alterações. Nessa perspectiva se faz necessário discutir como se encontra a formação do professor de educação física na modalidade a distância como parte da política de formação de professores no Brasil. Vale destacar que esse modelo de formação teve início no final da década de 1990 por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, contudo sua efetivação ocorreu somente a partir do ano de 2000 com o envolvimento das Instituições Públicas e a partir de 2002, com o envolvimento das Instituições Privadas.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

O objetivo desse trabalho foi verificar como ocorre a formação prática dos alunos no curso de educação física na modalidade EAD.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se caracterizou com uma revisão bibliográfica, sendo realizada uma busca nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Utilizou-se da combinação das palavras-chaves: graduação, educação física e educação à distância. Foram selecionados 20 documentos que supostamente tratavam da formação prática, contudo após a análise dos mesmos pelo resumo, somente 07 se alinharam aos critérios de inclusão e os outros 13 foram excluídos por não apresentarem relação direta com o tema investigado.

EDUCAÇÃO FÍSICA EAD

No Brasil a submissão às orientações neoliberais se evidenciaram, conforme Rizek, De Oliveira e Braga (2015), em 1995 com as reformas traçadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo que no fim do século XX, o Banco Mundial passou a exercer influência direta sobre as políticas educacionais brasileiras, orientando para a necessidade de uma reforma educacional que garantisse racionalidade e eficiência ao sistema educacional superior brasileiro (CARVALHO, 2006). É bem verdade que o crescimento do setor privado sobre o público advém dos tempos da ditadura militar (1964-1984).

Em nome da democratização do ensino superior, as reformas dos anos de 1990 privilegiaram a expansão do setor privado, tendo como marco a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES), admitida pela LDB 9.394/96 e consolidada pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamentou o art. 80 da LDB referente à EAD, sendo alterado posteriormente pelo Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, que favoreceram e favorecem o capital privado nesse segmento.

Vale destacar que a graduação em educação física EAD já é algo irreversível tendo em vista que existe procura significativa para o desenvolvimento dessas atividades. O que podemos pontuar e até mesmo denunciar é a simplificação de alguns cursos de educação física nessa modalidade motivada meramente pelos fins econômicos de algumas IES.

O Governo Federal com o objetivo de disponibilizar essa mão de obra (professores) e pressionado pelo Banco Mundial implementou diversas propostas às quais podemos destacar

a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto nº 5.800/2006, sendo esse um marco regulatório para a ampliação do acesso ao ensino superior, em especial para as licenciaturas na modalidade EAD (GIOLO, 2008 e MOON, 2008).

O Ministério da Educação (MEC) em 2009 autorizou a criação do primeiro curso de formação de professores de Educação Física EAD. Se no primeiro momento a centralidade da formação estava no saber fazer, no segundo momento a centralidade está no saber ensinar as práticas corporais.

Os autores Lazzarotti Filho, Silva e De Lorenzi Pires (2013) ao questionarem em sua pesquisa os componentes de uma equipe pedagógica de um curso de Educação Física EAD em relação ao tempo dedicado ao saber fazer e ainda se consideravam suficiente este tempo para o processo de formação dos novos professores. A maioria dos profissionais afirmaram que em comparação ao curso presencial o tempo dedicado ao saber fazer é muito menor e os estudantes podem vir a ter problemas no momento da sua intervenção profissional, no entanto em relação ao saber ensinar levando em conta os conteúdos desenvolvidos, o tempo destinado é maior tendo em vista que a característica do curso na modalidade EAD é a sistematização de todo o conteúdo da disciplina.

Para Lazzarotti Filho, Silva e De Lorenzi Pires (2013) a formação prática na modalidade EAD se constitui basicamente do uso de imagens, aliadas à descrição para representar ou demonstrar partes do corpo, do movimento ou sequências de movimentos.

O que está em pauta, quando se trata de cursos de formação de professores a distância, não é exatamente a formação de professores para a docência à distância, mas para a docência presencial (GIOLO, 2008).

Para Betti (2007), o saber corporal não pode ser alcançado pelo puro pensamento; é um saber orgânico, só possível com as atividades corporais, não é um saber que se esgota num discurso sobre o corpo/movimento.

DISCUSSÃO

A submissão do Brasil à lógica neoliberal vai se traduzir em uma violenta ofensiva contra as conquistas sociais, dentre elas a educação pública, gratuita e de qualidade, ocorrendo uma mudança de concepção, onde nos anos de 1980, o papel do Estado era o de

executor da política nacional de educação e nos anos de 1990 passa, gradualmente, a ser o de coordenador desta política, cumprindo papel supletivo, distributivo e regulador.

Para Barreto (2010) a falta de regulação e até mesmo fiscalização fez com que algumas Instituições apostassem exclusivamente nos pacotes tecnológicos autoexplicativos, dispensando qualquer mediação pedagógica junto aos alunos, o que claramente é inviável, contudo essa escolha tem por objetivo reduzir custos, pois esvazia o trabalho bem como a formação docente.

O que se percebe em alguns cursos EAD, é que o momento presencial é apenas o da avaliação, não ocorrendo de fato momentos presenciais para desenvolver atividades que promovam interações e colaborações entre os estudantes (MARTINS E PIMENTEL, 2015).

A submissão do poder público aos interesses dos organismos internacionais, em especial do Banco Mundial faz com que a educação seja transformada em produto, como qualquer outro que encontramos nas prateleiras dos “supermercados”, com esse novo rótulo a educação agora pode ser comercializada sem uma regulamentação na mesma proporção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as investidas do capital financeiro na área educacional dá-se nesse movimento uma reconversão de valor da educação, passando de direito para serviço a ser adquirido no mercado.

Faz-se necessário uma maior fiscalização e até mesmo uma regulamentação mais firme com o propósito de manter um rigor mínimo em relação ao desenvolvimento do curso de formação na modalidade EAD, em especial aos encontros presenciais para que se possam formar Professores de Educação Física que ao assumirem as suas aulas se sintam seguros para o desenvolvimento das suas funções.



CONBRACE
CONICE 2021
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e
Ciências do Esporte
no tempo presente:

Defender Vidas,
Afirmar as Ciências

PHYSICAL EDUCATION EAD AND THE FORMATION OF KNOWING HOW TO DO: PROFESSIONALIZATION OR IMPROVISATION

ABSTRACT

It is necessary to discuss how physical education distance learning is found as part of the teacher training policy in Brazil. The objective of this work was to verify how the practical training of students in the physical education course in distance learning occurs. A search was carried out in the Scielo and Google Scholar databases using the combination of keywords: undergraduate, physical education, undergraduate, bachelor's and distance education. Brazil's submission to neoliberal logic will translate into a violent offensive against social conquests, among them public education, free and of quality, with a change of conception where the executor of the national education policy the State becomes the regulator. There is a need for greater supervision in order to maintain a minimum rigor in relation to the development of training in distance learning, especially in face-to-face meetings so that professionals can be trained to carry out their duties with competence.

KEYWORDS: Graduation; Physical education; Distance education

EDUCACIÓN FÍSICA EAD Y LA FORMACIÓN DEL SABER HACER: PROFESIONALIZACIÓN O IMPROVISACIÓN

RESUMEN

Es necesario discutir cómo la educación física a distancia se encuentra como parte de la política de formación docente en Brasil. El objetivo de este trabajo fue verificar cómo se produce la formación práctica de los estudiantes del curso de educación física a distancia. Se realizó una búsqueda en las bases de datos Scielo y Google Scholar utilizando la combinación de palabras clave: pregrado, educación física, pregrado, licenciatura y educación a distancia. El sometimiento de Brasil a la lógica neoliberal se traducirá en una violenta ofensiva contra las conquistas sociales, entre ellas la educación pública, gratuita y de calidad, con un cambio de concepción donde el ejecutor de la política educativa nacional el Estado se convierte en el regulador. Es necesaria una mayor supervisión para mantener un mínimo rigor en relación al desarrollo de la formación en educación a distancia, especialmente en los encuentros presenciales para que los profesionales puedan formarse para desarrollar sus funciones con competencia.

PALABRAS CLAVES: Graduado universitario; Educación Física; Educación a distancia



REFERÊNCIAS

BARRETO, R. G. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. *Rev. Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1299-1318, out.-dez. 2010. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/873/87315816013/> > Acesso em: 10 mar. 2019.

BETTI, M. Educação física e cultura corporal de movimento: uma perspectiva fenomenológica e semiótica. *Journal of Physical Education*, v. 18, n. 2, p. 207-217, 2007. Disponível em: < <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/viewArticle/3277> > Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm > Acesso em: 03 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.800**. Criação da Universidade Aberta do Brasil. Brasília, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm > Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf > Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm > Acesso em: 10 abr. 2019.

CARVALHO, C. H. A. de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, p. 125-139, 2006. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-2337-int.pdf> > Acesso em: 15 mar. 2019.

MARTINS, U. G.; PIMENTEL, F. C. Reflexões sobre a proposta metodológica do curso de educação física à distância UAB/UnB. **Educação Física em Revista**, v. 8, n. 3, 2015. Disponível em: < <https://bdtd.ucb.br/index.php/efr/article/viewFile/5602/4148> > Acesso em: 15 mar. 2019.

GIOLO, J. A educação à distância e a formação de professores. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 1211-1234, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13> > Acesso em: 20 mar. 2019.

LAZZAROTTI FILHO, A.; SILVA, A. M.; DE LORENZI PIRES, G. Saberes e Práticas Corporais na Formação de Professores de Educação Física na Modalidade a Distância. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 35, n. 3, 2013. Disponível em: <



CONBRACE
CONICE 2021
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e
Ciências do Esporte
no tempo presente:

Defender Vidas,
Afirmar as Ciências

<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/viewFile/1316/879> > Acesso em: 20 mar. 2019.

MOON, B. O papel das novas tecnologias da comunicação e da educação à distância para responder à crise global na oferta e formação de professores: uma análise da experiência de pesquisa e desenvolvimento. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 104, 2008. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/html/873/87314209008/> > Acesso em: 20 mar. 2019.

RIZEK, C. S.; DE OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. Boitempo Editorial, 2015.

